

# PERÍODO DE ESTÁGIO DOS JOVENS MÉDICOS NÃO PODE SER DE TRABALHO DISFARÇADO — AFIRMOU LEONOR BELEZA

«O período de estágio dos jovens médicos do Internato Geral não pode ser considerado de trabalho, mesmo que disfarçado» — disse ontem a ministra de Saúde, Leonor Beleza, a propósito da entrada em vigor, ainda esta semana, do Decreto-Lei que altera o estatuto das carreiras médicas.

Motivo de apreensão para muitos jovens médicos, o novo estatuto, cujo texto ainda não foi divulgado, e que segundo a ministra de Saúde será publicado ainda esta semana no «Diário da República» deu já origem a críticas de greve do Sindicato dos Médicos da Zona Sul e de um apelo da Ordem dos Médicos à manutenção, durante 24 horas, sem taxa, de assistência reduzida em todos os serviços dependentes do Ministério da Saúde.

Disposta a não recuar perante as ameaças, Leonor Beleza afirmou ontem que as alterações efectuadas, atribuem aos jovens licenciados um subsídio no valor equivalente à remuneração que anteriormente recebiam, quando eram equiparados à letra G da Função Pública.

A ministra de Saúde esclareceu que as alterações efectuadas ao estatuto do Internato Geral «vêm clarificar que os jovens licenciados

não são funcionários públicos, nem estão empregados pelo Estado durante o tempo de estágio».

Por outro lado, sublinhou, «o novo estatuto garante que o período de estágio não é o de um trabalho disfarçado mas sim de aprendizagem. Os jovens licenciados não estão nos hospitais para suprir dificuldades de pessoal e sim para aperfeiçoamento».

As alterações introduzidas referem assim aos jovens licenciados o vínculo ao funcionalismo público que lhes era garantido «em certos aspectos no texto do anterior estatuto, mas ambíguo» — referiu ainda a ministra de Saúde.

Leonor Beleza, que afirmou esboçar e não compreender o que pretende a Ordem dos Médicos ao apelar para a realização de uma assembleia legislativa, sustentou, nos serviços dependentes do Ministério da Saúde, acrescentou não ter aquela organização competência para decretar medidas desse tipo.

«O assunto está a ser considerado directamente pelo meu gabinete em colaboração com o director dos serviços de urgência dos hospitais civis de Lisboa, estando actualmente a ser estudada a hipótese de utilização de edifícios próximos daqueles dois hospitais, a afectar para

as urgências» — acrescentou.

«Estamos a adoptar procedimentos de urgência na resolução do problema das urgências, que não se compedece com demoras de abertura de concursos para a realização de obras que levam dois ou mais anos a executar. É necessário utilizar processos mais expeditos» — disse Leonor Beleza que acrescentou não haver ainda uma data certa para a abertura daqueles serviços no Egas Moniz e no Pulido Valente.

Leonor Beleza que ontem conferiu posse ao director-geral dos Cuidados de Saúde Primários, Henrique de Jesus, sublinhou no acto ter assim, sido preenchido um lugar chave da opinião do seu ministério.

«Há ainda um número de vagas a preencher na distribuição necessária e na implementação efectiva dos centros de saúde e na articulação dos cuidados primários com os cuidados diferenciados, na criação das condições para que os médicos de clínica geral sejam os médicos de família que antecederemos» — acrescentou.

Leonor Beleza conferiu, também ontem, posse ao presidente da comissão instaladora da Administração Regional de Lisboa, Frutuoso de Melo e aos vogais daquela comissão.

«Vamos aguardar e procurar manter as pessoas informadas» — disse Leonor Beleza sublinhando que «o texto do Decreto-Lei agora alterado não foi ainda divulgado porque se estava à espera da sua promulgação».

Sobre a demora no início de funções dos jovens médicos do Internato Geral, adiado para 1 de Fevereiro, Leonor Beleza afirmou que isso se deveu à necessidade de alterar o estatuto, sublinhando que «ele não é assim tão grande. Há dois anos eles também começaram um mês mais tarde».

A ministra de Saúde realçou que não haverá lugar nos hospitais para todos os políclínicos que no fim de Janeiro terminam o Internato Geral.

«São cerca de 1150, mais 223 que não puderam entrar no último concurso. Para estes, o anterior ministro dera já garantias de emprego e esse compromisso vai ser assumido. Mas é certo que não poderemos assegurar trabalho a todos os outros» — salientou.

Leonor Beleza anunciou também que o concurso para o Internato Complementar vai abrir em breve, prevendo-se que, no fim de Março, os candidatos façam o exame.

Referindo-se aos problemas verificadas com os serviços de urgência dos hospitais de Lisboa garantiu que «as verbas necessárias para a abertura de bancos nos hospitais Egas Moniz e Pulido Valente serão desbloqueadas, e assegurados também os equipamentos e pessoal que se demonstrar serem precisos».

## PEDIDA A INTERVENÇÃO DO PRIMEIRO-MINISTRO

Uma delegação de jovens médicos atrasou ontem, em cerca de uma hora, a tomada de posse dos corpos gerantes da Associação Académica de Lisboa (AAL) para exigir uma audiência ao Primeiro-Ministro, presente à cerimónia.

Cavaco Silva, que disse ter adiado o início do Conselho de Ministros para estar presente na cerimónia, recebeu representantes dos médicos recém-licenciados e de médicos com o Internato já concluído.

Carlos Salgado, representante dos jovens médicos candidatos ao Internato Geral disse que o Primeiro-Ministro «garantiu um subsídio para os internos, negociado anualmente, porém sem qualquer vínculo à Função Pública ou outro subsídio».

«O Primeiro-Ministro comprometeu-se a falar com a ministra da Saúde e disse que hoje tinha sido publicado o diploma regulador das carreiras médicas» — afirmou.

Por outro lado, o Sindicato dos médicos da Zona Sul, a Comissão Sindical de Políclínicos e representantes das estruturas do Internato Geral decidiram promover uma concentração, no dia 29, frente à residência do Primeiro-Ministro.

A concentração, decidida ontem em plenário conjunto destas estruturas, tem por objectivo protestar contra as alterações introduzidas no Decreto-Lei que regulamentava a situação profissional dos licenciados em Medicina.

As estruturas que originou reuniram decidiram, ainda, convocar um novo plenário para o dia 24, em que será apresentada uma proposta de greve para os dias 3 e 4 de Fevereiro.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Mercado de Trabalho